

Jornalismo como forma de produção do conhecimento: práxis jornalística nas obras de Antonio Gramsci e Adelmo Genro Filho

El periodismo como forma de producción del conocimiento: la praxis periodística en las obras de Antonio Gramsci y Adelmo Genro Filho

Journalism as a form of knowledge production: journalistic praxis in the works of Antonio Gramsci and Adelmo Genro Filho

Clarissa do Nascimento Peixoto

Mestre em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (UFSC). Contato: clarissa.jnl@gmail.com

Samuel Pantoja Lima

Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (UFSC). Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: samuca13@gmail.com

Submetido em: 15 mai. 2023

Aprovado em: 06 set. 2023



Creative Commons



Atribuição



NãoComercial



Compartilhalgal

RESUMO

A presente exploração teórica é um estudo da obra de Antonio Gramsci e Adelmo Genro Filho sobre jornalismo, entendido como forma social de produção do conhecimento. Procura-se levantar, em Gramsci, a noção de “jornalismo integral” e suas intersecções com os conceitos de hegemonia, conhecimento e práxis. Também explora a obra de Genro Filho e a sua “teoria marxista do jornalismo”, em que os conceitos de conhecimento, objetividade e práxis são fundantes. Pretende-se distinguir ambas perspectivas, em seus pontos de convergência e eventuais divergências, sobretudo no que diz respeito à ideia de práxis jornalística, aqui compreendida como atribuiu-lhe Marx (2013), qual seja a atividade livre, universal, criativa e autocriativa, por meio da qual o ser humano cria e transforma o mundo e a si mesmo.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo, conhecimento, práxis, hegemonia, marxismo

RESUMEN

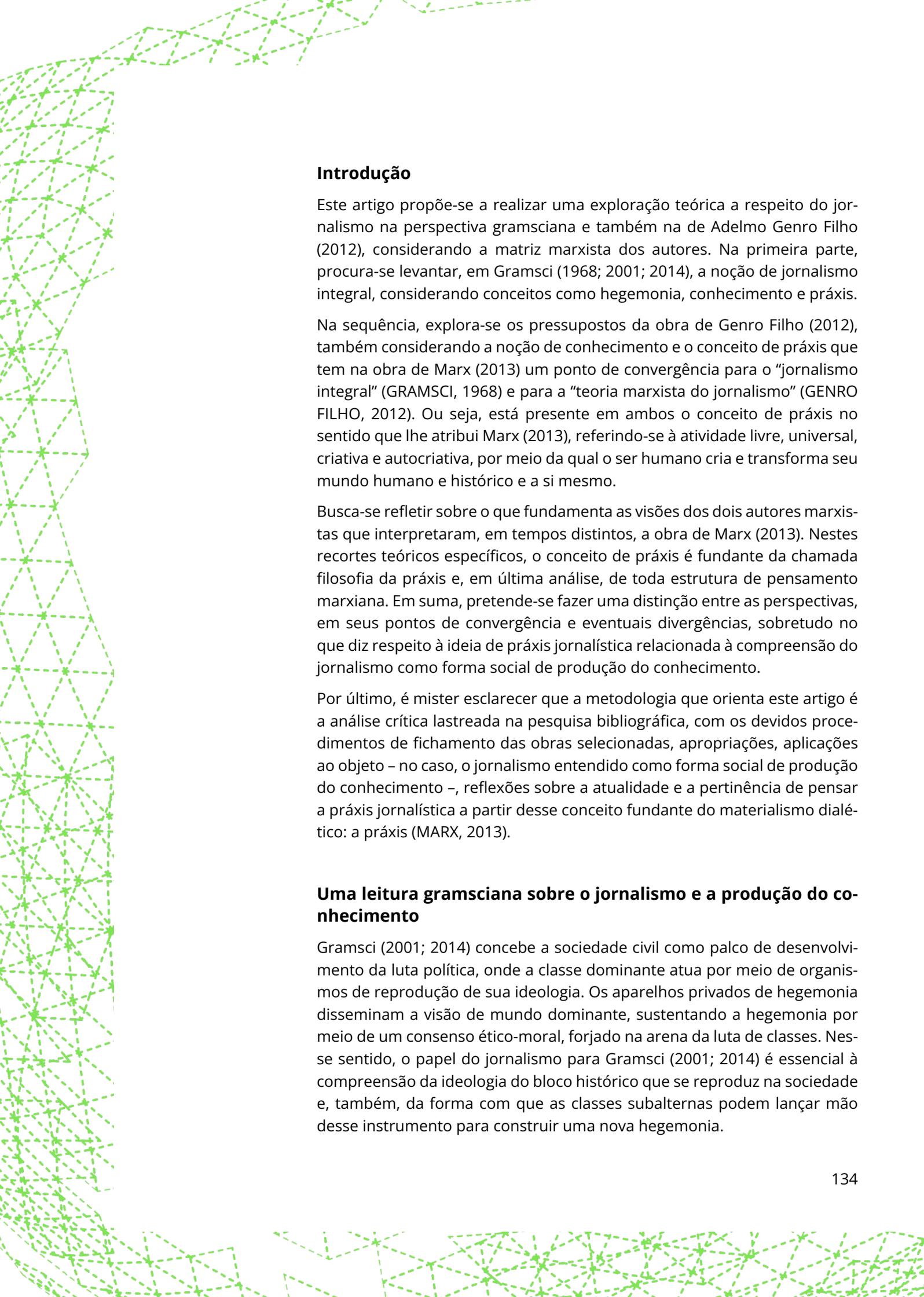
Esta exploración teórica es un estudio del trabajo de Antonio Gramsci y Adelmo Genro Filho sobre el periodismo, entendido como una forma social de producción de conocimiento. Se busca plantear, en Gramsci, la noción de “periodismo integral” y sus intersecciones con los conceptos de hegemonía, conocimiento y praxis. También explora la obra de Genro Filho (2012) y su “teoría marxista del periodismo”, en la que los conceptos de conocimiento, objetividad y praxis son fundamentales. Se pretende distinguir ambas perspectivas, en sus puntos de convergencia y posibles divergencias, especialmente en lo que se refiere a la idea de praxis periodística, entendida aquí como atribuida por Marx (2013), que es la actividad libre, universal, creativa y autocreadora, a través de la cual el ser humano crea y transforma el mundo y a sí mismo.

PALABRAS CLAVE: periodismo, conocimiento, praxis, hegemonía, marxismo

ABSTRACT

This theoretical exploration is a study on the work of Antonio Gramsci and Adelmo Genro Filho on journalism, understood as a social form of knowledge production. It seeks to raise, in Gramsci, the notion of “integral journalism” and its intersections with the concepts of hegemony, knowledge and praxis. It also explores the work of Genro Filho (2012) and his “Marxist theory of journalism”, in which the concepts of knowledge, objectivity and praxis are fundamental. It is intended to distinguish both perspectives, in their points of convergence and possible divergences, especially with regard to the idea of journalistic praxis, understood here as attributed by Marx (2013), which is a free, universal, creative and self-creative activity, through which the human being creates and transforms the world and himself.

KEYWORDS: journalism, knowledge, praxis, hegemony, marxism



Introdução

Este artigo propõe-se a realizar uma exploração teórica a respeito do jornalismo na perspectiva gramsciana e também na de Adelmo Genro Filho (2012), considerando a matriz marxista dos autores. Na primeira parte, procura-se levantar, em Gramsci (1968; 2001; 2014), a noção de jornalismo integral, considerando conceitos como hegemonia, conhecimento e práxis.

Na sequência, explora-se os pressupostos da obra de Genro Filho (2012), também considerando a noção de conhecimento e o conceito de práxis que tem na obra de Marx (2013) um ponto de convergência para o “jornalismo integral” (GRAMSCI, 1968) e para a “teoria marxista do jornalismo” (GENRO FILHO, 2012). Ou seja, está presente em ambos o conceito de práxis no sentido que lhe atribui Marx (2013), referindo-se à atividade livre, universal, criativa e autocriativa, por meio da qual o ser humano cria e transforma seu mundo humano e histórico e a si mesmo.

Busca-se refletir sobre o que fundamenta as visões dos dois autores marxistas que interpretaram, em tempos distintos, a obra de Marx (2013). Nestes recortes teóricos específicos, o conceito de práxis é fundante da chamada filosofia da práxis e, em última análise, de toda estrutura de pensamento marxiana. Em suma, pretende-se fazer uma distinção entre as perspectivas, em seus pontos de convergência e eventuais divergências, sobretudo no que diz respeito à ideia de práxis jornalística relacionada à compreensão do jornalismo como forma social de produção do conhecimento.

Por último, é mister esclarecer que a metodologia que orienta este artigo é a análise crítica lastreada na pesquisa bibliográfica, com os devidos procedimentos de fichamento das obras selecionadas, apropriações, aplicações ao objeto – no caso, o jornalismo entendido como forma social de produção do conhecimento –, reflexões sobre a atualidade e a pertinência de pensar a práxis jornalística a partir desse conceito fundante do materialismo dialético: a práxis (MARX, 2013).

Uma leitura gramsciana sobre o jornalismo e a produção do conhecimento

Gramsci (2001; 2014) concebe a sociedade civil como palco de desenvolvimento da luta política, onde a classe dominante atua por meio de organismos de reprodução de sua ideologia. Os aparelhos privados de hegemonia disseminam a visão de mundo dominante, sustentando a hegemonia por meio de um consenso ético-moral, forjado na arena da luta de classes. Nesse sentido, o papel do jornalismo para Gramsci (2001; 2014) é essencial à compreensão da ideologia do bloco histórico que se reproduz na sociedade e, também, da forma com que as classes subalternas podem lançar mão desse instrumento para construir uma nova hegemonia.



Gramsci (2001), assim como Marx (2013), não separa o pensamento da realidade, nem a ação do conhecimento, ou ainda sujeito do objeto. Nessa forma de ver o mundo, os fatos e suas interpretações não podem ser entendidos como abstrações, mas como resultado da rede social e política em que vivem os indivíduos. Os sujeitos críticos e ativos se forjam nessa visão que articula uma práxis, unificando política, história e conhecimento, e são eles capazes de impulsionar sua autodeterminação e hegemonia (SEMERARO, 2015).

Para Gramsci (1968), o senso comum é uma visão de mundo assimilada pelo conjunto social e cultural, sem percepção crítica da realidade, ou seja, uma espécie de filosofia espontânea peculiar a todos, e é também efeito das relações concretas no curso da história. Para realizar a tarefa de desenvolver o conhecimento ativo, é necessário dar a devida relevância ao senso comum, mesmo que ele seja desagregado e inorgânico, observando criticamente suas crenças e opiniões (SEMERARO, 2015).

Os problemas concebidos na realidade vivida, no entendimento gramsciano, resultam da própria formação econômica e social, delimitando o processo de produção de conhecimento. Na medida em que assume organicidade, esse processo toma concretude. Gramsci (2014) acentua que, sendo qualquer filosofia passível de se tornar senso comum, é preciso formular uma filosofia que o refaça a partir da coerência e do “vigor das filosofias individuais”. Para ele, isso só ocorre quando se está em contato com a cultura do “mais simples” (GRAMSCI, 2014, p. 101).

Uma teoria do conhecimento gramsciana, de acordo com Semeraro (2015), só pode significar a operação que permite o entendimento às classes subalternas, de forma livre e consciente, da relação contraditória entre a sua condição de vida e os discursos da classe dominante que tentam ocultar as relações de poder. As classes subalternas podem influir na construção de sua própria subjetividade e adquirir uma percepção da realidade que conteste o que está posto, com o objetivo de criar uma nova sociedade. Para isso, precisam ter como referência as situações colocadas pela realidade, suas contradições e formas políticas de superá-las.

A ideologia hegemônica prevalece no senso comum das classes subalternas, aparentando um falso equilíbrio das relações sociais. Mascara a realidade, fazendo o poder parecer legítimo por meio da manipulação. Portanto, é necessário combatê-la, pois expressa e universaliza um pensamento hegemônico no qual as relações de poder são naturalizadas (SEMERARO, 2015). É por isso que, para Gramsci, a produção do conhecimento, processo histórico e dialético, é uma possibilidade de desvelamento da realidade e de seus conflitos sociais. Esse fator elevaria a luta política das classes subalternas para a construção de um novo bloco histórico e, portanto, de uma nova hegemonia (MARTINS, 2008).



Ao invisibilizar a ideologia, como faz o jornalismo na lógica hegemônica capitalista, não há como produzir conhecimento, se a leitura se basear em uma compreensão gramsciana. À medida que o jornalismo procura uma neutralidade discursiva, reproduz uma ideologia dominante que busca manter um falso consenso entre classes e, conseqüentemente, um falso conhecimento sobre a realidade. Por outro lado, o jornalismo como forma de produção de conhecimento a partir da consciência crítica das classes subalternas pode não somente visibilizar a ideologia dominante, mas ser ponte entre o senso comum e o rigor científico, instrumento para a formação da consciência coletiva e para a construção de uma nova hegemonia.

De acordo com Moraes (2010), em suas publicações da fase pré-carcerária, em jornais como *L'Ordine Nuovo* e *L'Unità*, Gramsci já expressava compreensão sobre o papel desempenhado pela imprensa hegemônica. Seus textos criticavam o controle dos grandes jornais comerciais sobre as notícias e as opiniões que circulavam à época totalmente alinhadas à ideologia dominante (MORAES, 2010).

O tema é novamente abordado por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* (GRAMSCI, 2001; 2014), quando analisa a imprensa italiana. Refere-se a ela como instrumento que mantém, defende e desenvolve ideologicamente o bloco histórico que hegemoniza a sociedade, contribuindo para a difusão de um “tipo de cultura” e orientando o entendimento sobre os fatos sociais a partir da perspectiva ideológica hegemônica. A imprensa italiana de seu tempo interferia na forma de compreensão dos acontecimentos, sendo caracterizada por Gramsci como um partido político – um traço contemporâneo em monopólios de mídia privados, como o que temos hoje no Brasil (MORAES, 2010).

Para Gramsci (2001), era preciso desenvolver um jornalismo crítico que brotasse da consciência das classes subalternas. O filósofo dedicou parte de seus escritos para desenvolver um modelo de jornalismo e tipos de jornais que não se dedicassem apenas às notícias de forma fragmentada, mas pensando em uma totalidade histórica. Havia, para ele, distinção entre jornais de informação e jornais de opinião. Os primeiros seriam aqueles sem partido declarado e que se constituem em empresas jornalísticas, operando na lógica do sistema burguês não apenas ideologicamente, mas na perspectiva do lucro. Já os jornais de opinião trazem o posicionamento oficial de um partido ou organização, como os jornais católicos, frequentemente citados na obra gramsciana.

O jornalismo integral é um modelo que busca reproduzir notícias e ideias articuladas a partir de elementos ideológicos e socioeconômicos para constituir consensos e, portanto, um bloco histórico capaz de constituir uma nova hegemonia das classes subalternas. O jornalismo integral gramsciano é aquele que não se limita a “satisfazer todas as necessidades (de certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver es-



tas necessidades”, o que pode decorrer em aumento de público e de área de influência no contexto da disputa da hegemonia de ideias na sociedade (GRAMSCI, 2001, p. 197).

Para possibilitar a conexão entre senso crítico e realidade histórica, Gramsci (2001) entende ser necessário articular informação e contextualização para formar discursos que permitam o pensamento concreto. Um processo orgânico que evolua do senso comum para um pensar coerente. Para ele, é preciso democratizar a forma de pensar, fornecendo subsídios para que o leitor construa seu entendimento a partir dos fatos, sem interferência de conceitos pré-elaborados.

O jornal da classe trabalhadora, para Gramsci (2001), teria como condição construir a necessidade histórica de transformar as relações sociais de produção. Esse jornalismo se diferencia porque se posiciona em defesa dos interesses das classes subalternas. Busca desvendar a ideologia dominante, distribuída pelos jornais de forma subliminar e fragmentada, através de uma perspectiva histórica e de análise da conjuntura, orientada por uma visão de classe.

Nesse sentido, a notícia ou o acontecimento não poderiam estar descolados da realidade concreta a que pertencem, referindo-se à integralidade ou à ideia de totalidade que envolve toda a produção gramsciana. Gramsci (2001, p. 199-200) categorizou os produtos jornalísticos em tipos de revista, caracterizadas pelo modo como eram redigidas, pelo público leitor a quem se dirigiam e pela função educativa pretendida.

Assim, a produção jornalística, para ele, corresponde a um conjunto de publicações, cada qual com suas características, considerando sempre o objetivo educativo a que se destinam, o público que será atingido e o tipo de redação. Propõe também que se mantenha contato com o simples para aprender com ele e elevá-lo à consciência crítica, superando o senso comum. Dessa forma, se atingiria o maior número de pessoas possível.

A teoria gramsciana da hegemonia não busca caracterizar somente o que seria um modelo de sistema hegemônico. Também não se contenta com a crítica ao capitalismo, à falsa ideologia e aos métodos de manutenção do consenso, que acontecem ora de forma subliminar, ora por força do aparato legal e coercitivo. É uma teoria viva, em que as condições objetivas e subjetivas de determinado período histórico podem reconfigurar a perspectiva hegemônica, possibilitando às classes subalternas transformar as relações de produção e realizar uma reforma intelectual e moral na sociedade. À luz dessa compreensão, a figura do intelectual toma significado importante na obra gramsciana e é fundamental para destacar o papel do jornalista.

Os intelectuais são sujeitos políticos, com uma função condicionada às relações sociais de produção e à classe social a que se vinculam. A concepção de intelectual de Gramsci (2001) toma corpo na medida em que estrutura seu



conceito a partir da crítica ao modelo de intelectual dominante, responsável por reproduzir a ideologia hegemônica do capital por meio dos discursos. De acordo com Pereira (2004), os intelectuais são aqueles cuja existência é paralela a determinado conjunto social ou político, atuando para desenvolver determinada consciência e dar homogeneidade aos sujeitos coletivos. A partir de uma relação entre teoria e prática, esses grupos podem atuar organizadamente e disputar a hegemonia na sociedade (PEREIRA, 2004).

Os intelectuais exerceriam funções subalternas para a ordem hegemônica, em nome do grupo dominante. Primeiro, seriam agentes de um consentimento espontâneo das massas em torno da orientação dominante. Em seguida, teriam papel de coerção, assegurando à ordem hegemônica, dentro da legalidade, a disciplina dos grupos que não aderem ao consenso espontaneamente ou em momentos de crise (GRAMSCI, 2001).

Constituídos no conjunto das relações sociais, os intelectuais se dividem em categorias que se estabelecem, segundo a teoria gramsciana, de duas formas. A primeira é aquela em que o grupo social tem origem em dada função da produção econômica e, a partir dessa referência, desenvolve camadas intelectuais capazes de constituir consciência e homogeneidade ao conjunto social, de modo orgânico. São os intelectuais orgânicos, definidos como aqueles que surgem e são progressivamente desenvolvidos pelas classes sociais emergentes (GRAMSCI, 2001).

A segunda forma reúne as categorias de intelectuais remanescentes de outras formações sociais, políticas e econômicas. Representam “uma continuidade histórica” que não foi rompida pelas novas formas sociais e políticas (GRAMSCI, 2001, p. 16). Essas categorias fazem parte do conjunto que o autor denominou de intelectuais tradicionais. Colocam-se em uma posição de autonomia diante das classes dominantes, refletindo uma concepção idealista, refutada como fundamento da filosofia da práxis (GRAMSCI, 2001).

Gramsci (2001) desmistifica a ideia de intelectual constituída no arquétipo tradicional, que se cristaliza nas figuras do literato, filósofo, artista ou jornalista. Para o pensamento gramsciano, os intelectuais se constituem na base da educação formalizada para o trabalho na indústria e suas funções são dadas dentro das relações sociais. Os intelectuais não podem ser determinados por uma ideia cristalizada de “saber superior”. Para desenvolver esse novo intelectual, é preciso que sua atividade seja constituída criticamente, a partir do grau de desenvolvimento de cada um. Dito de outro modo, todos podem ser intelectuais, embora nem todos tenham esse papel na sociedade. É uma tarefa que exige especialização realizada na relação entre teoria e prática, filosofia e política.

Nesse sentido, é possível relacionar o papel do jornalista como intelectual. O jornalista pode exercer o papel de intelectual tradicional, à medida que opera o jornalismo numa perspectiva calcada nos princípios ético-morais de uma formação socioeconômica e política já superada, mas que ainda re-



presenta o pensamento de uma parcela da sociedade. Também pode atuar como intelectual orgânico, aquele que representa os interesses dos grupos sociais que se instituem na nova estrutura social. Seja para a manutenção dos interesses dos grupos que formam o bloco histórico hegemônico, seja na perspectiva da construção de uma nova hegemonia, de um novo bloco histórico que congregue as classes subalternas, o jornalista como intelectual cumpre um papel político para a orientação das massas, a disseminação da vontade coletiva e a construção de uma reforma intelectual e moral.

O jornalismo, na troca entre senso comum e consciência crítica, entre teoria e prática, poderia emanar as ideias necessárias para a revolução da estrutura econômica e para a reforma no campo das ideias e da cultura. Para Gramsci (2001, p. 199 e 200), o produto jornalístico deveria mobilizar o pensamento concreto, “transformar, homogeneizar, de acordo com um processo de desenvolvimento orgânico que conduza do simples senso comum ao pensamento coerente e sistemático”.

O jornalismo, na visão gramsciana, é uma forma de produção de conhecimento. Considera-se, para tanto, o movimento dialético radical do pensamento de Gramsci (2001) no qual o jornalismo integral reflete uma práxis que condensa luta política e correção científica, em que o conhecer se realiza na relação entre prática e teoria, entre ciência e saber popular. Em última análise, uma relação dialética entre jornalismo – como profissão e forma social de conhecimento – e seus diferentes públicos.

É na sociedade civil que os aparelhos privados de hegemonia exercem sua função de difusores da ideologia dominante. A imprensa ou o jornalismo, para Gramsci (2001), na perspectiva da classe trabalhadora, precisa suplantat a visão de mundo da classe dominante e criar condições para uma nova consciência crítica que articule as classes subalternas, ao mesmo tempo em que é produto dela e de sua consciência de classe.

Na perspectiva do jornalismo integral, os jornalistas adquirem papel de intelectuais orgânicos porque compõem as camadas de intelectuais atuantes na perspectiva histórica de transformação das relações sociais de produção. A racionalidade e o conhecimento, a análise das situações à luz da história e das relações sociais de produção, a unidade entre teoria e prática, entre as condições materiais e a força da vontade coletiva são a base de uma práxis jornalística integral.

Nessa lógica, o jornalismo é um instrumento de crítica à falsa ideologia disseminada pela classe dominante, na mesma medida que é um campo para a disputa de hegemonia, operando para a construção de um novo bloco histórico que represente os interesses das classes subalternas. Requer uma práxis – amálgama da consciência entre teoria e prática – refletindo as disputas de classe na sociedade e, portanto, tem caráter político e ideológico, se configurando como célula ativista em torno do conhecimento e do desvelamento da ideologia.

Jornalismo como forma de produção do conhecimento

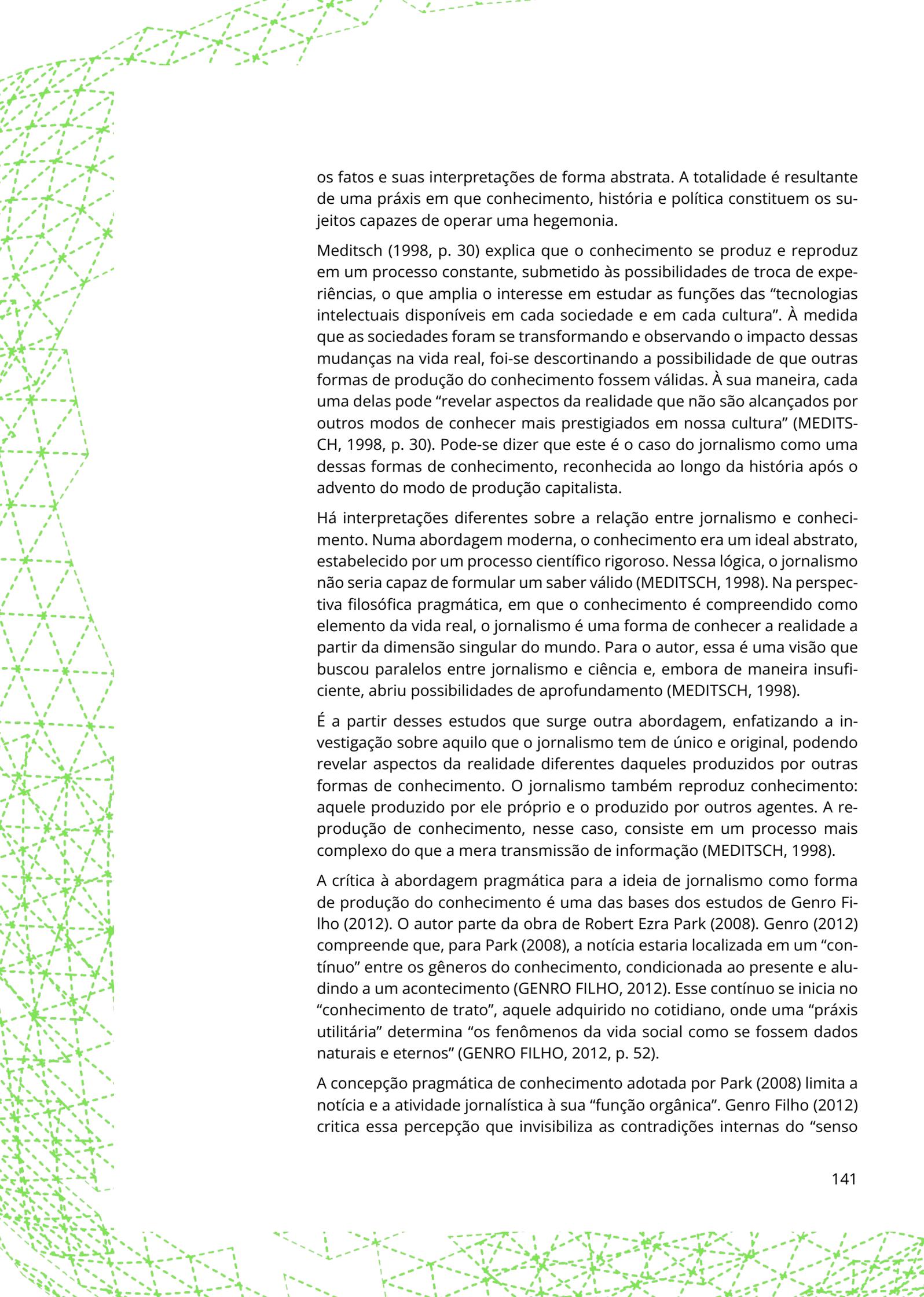
Quando se pensa em conhecimento, imediatamente aciona-se a ideia de saber científico ou, de alguma forma, institucionalizado. Contudo, o conhecimento tem origem na experiência humana do cotidiano, determinada pelas circunstâncias históricas (ZILLE, 2005). Embora a ciência desempenhe um protagonismo na produção do conhecimento, outras formas de conhecer a realidade também são legítimas.

A dialética de Hegel (1995; 2011) e o materialismo de Feuerbach (ENGELS; MARX, 2007) formaram as bases filosóficas do materialismo dialético de Marx e Engels (2007), onde o conhecimento se estabelece na perspectiva histórica e na análise da realidade concreta. A afirmativa de que a existência material independe da consciência do indivíduo sobre ela remete à concepção elementar de conhecimento na perspectiva marxista (MARTINS, 2008). Marx criticou a filosofia que se limitou a interpretar o mundo: para ele, a tarefa do filósofo era transformá-lo (MARX; ENGELS, 2007). Observar a realidade concreta para entender como ela é modificada pelo processo histórico e seu conjunto de determinantes (MARTINS, 2008).

A transformação, por sua vez, é obra de uma ação consciente sobre a realidade concreta; uma alquimia entre teoria e prática, concebida historicamente. Genro Filho (2012) afirma que, para Marx, a práxis, como uma ação prática dotada de consciência crítica, é o cerne do conhecimento. Isso porque não é possível contrapor de forma absoluta “sujeito e objeto” ou a ação prática não está em relação opositora à teoria que a desvela: são parte de um todo.

Na crítica a Feuerbach, Marx (2007) afirma que, ao conceber a operação teórica como algo humano, mas não elevando a prática à mesma condição, ele não teria compreendido o papel da ação revolucionária que se estabelece numa “prática crítica”. O problema do materialismo de Feuerbach estaria em interpretar a realidade na forma da contemplação. Para Marx, era preciso compreendê-la como ação humana prática, não apenas subjetivamente (MARX; ENGELS, 2007).

Essa percepção demonstra que o conhecimento se elabora a partir de uma relação dialética entre ação prática e reflexão teórica, numa visão marcada pela materialidade histórica. O conhecimento detalhado que desvele a realidade requer a consciência sobre os elementos que compõem a sua totalidade, a noção precisa de cada elemento e a superação de uma concepção analítica, mediando as relações das partes entre si e em relação ao todo, produzindo uma síntese (MARTINS, 2008). O conhecimento, nessas bases, revela uma face da realidade mais integral. Em constante movimento, evidencia a mediação como processo estabelecido dialeticamente entre as partes e a totalidade (MARTINS, 2008). De acordo com Semeraro (2001), nem Marx e nem Gramsci distinguiram a ação do conhecimento. Para eles, não era possível compreender a realidade e suas formas de ver o mundo,



os fatos e suas interpretações de forma abstrata. A totalidade é resultante de uma práxis em que conhecimento, história e política constituem os sujeitos capazes de operar uma hegemonia.

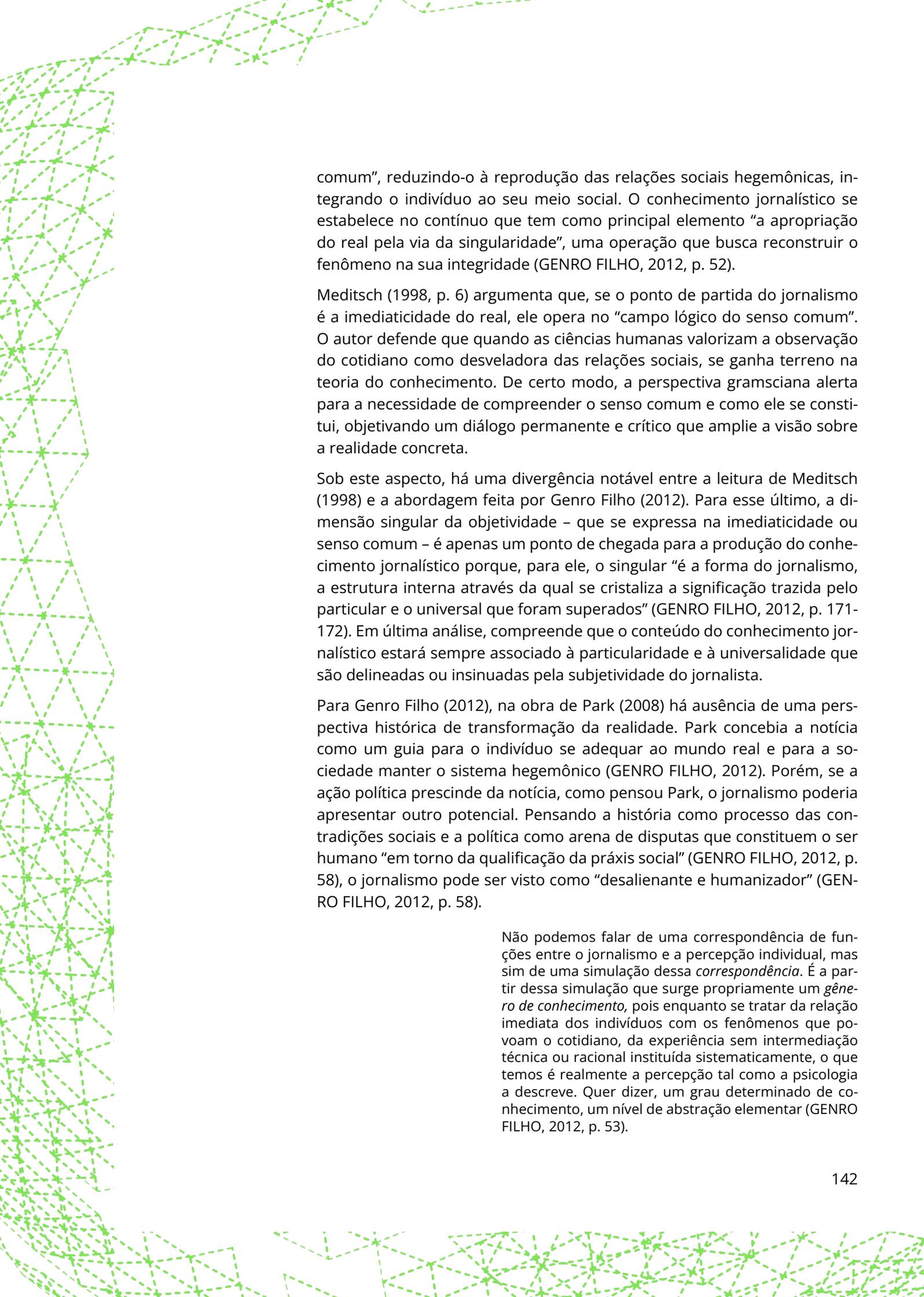
Meditsch (1998, p. 30) explica que o conhecimento se produz e reproduz em um processo constante, submetido às possibilidades de troca de experiências, o que amplia o interesse em estudar as funções das “tecnologias intelectuais disponíveis em cada sociedade e em cada cultura”. À medida que as sociedades foram se transformando e observando o impacto dessas mudanças na vida real, foi-se descortinando a possibilidade de que outras formas de produção do conhecimento fossem válidas. À sua maneira, cada uma delas pode “revelar aspectos da realidade que não são alcançados por outros modos de conhecer mais prestigiados em nossa cultura” (MEDITSCH, 1998, p. 30). Pode-se dizer que este é o caso do jornalismo como uma dessas formas de conhecimento, reconhecida ao longo da história após o advento do modo de produção capitalista.

Há interpretações diferentes sobre a relação entre jornalismo e conhecimento. Numa abordagem moderna, o conhecimento era um ideal abstrato, estabelecido por um processo científico rigoroso. Nessa lógica, o jornalismo não seria capaz de formular um saber válido (MEDITSCH, 1998). Na perspectiva filosófica pragmática, em que o conhecimento é compreendido como elemento da vida real, o jornalismo é uma forma de conhecer a realidade a partir da dimensão singular do mundo. Para o autor, essa é uma visão que buscou paralelos entre jornalismo e ciência e, embora de maneira insuficiente, abriu possibilidades de aprofundamento (MEDITSCH, 1998).

É a partir desses estudos que surge outra abordagem, enfatizando a investigação sobre aquilo que o jornalismo tem de único e original, podendo revelar aspectos da realidade diferentes daqueles produzidos por outras formas de conhecimento. O jornalismo também reproduz conhecimento: aquele produzido por ele próprio e o produzido por outros agentes. A reprodução de conhecimento, nesse caso, consiste em um processo mais complexo do que a mera transmissão de informação (MEDITSCH, 1998).

A crítica à abordagem pragmática para a ideia de jornalismo como forma de produção do conhecimento é uma das bases dos estudos de Genro Filho (2012). O autor parte da obra de Robert Ezra Park (2008). Genro (2012) compreende que, para Park (2008), a notícia estaria localizada em um “contínuo” entre os gêneros do conhecimento, condicionada ao presente e aludindo a um acontecimento (GENRO FILHO, 2012). Esse contínuo se inicia no “conhecimento de trato”, aquele adquirido no cotidiano, onde uma “práxis utilitária” determina “os fenômenos da vida social como se fossem dados naturais e eternos” (GENRO FILHO, 2012, p. 52).

A concepção pragmática de conhecimento adotada por Park (2008) limita a notícia e a atividade jornalística à sua “função orgânica”. Genro Filho (2012) critica essa percepção que invisibiliza as contradições internas do “senso



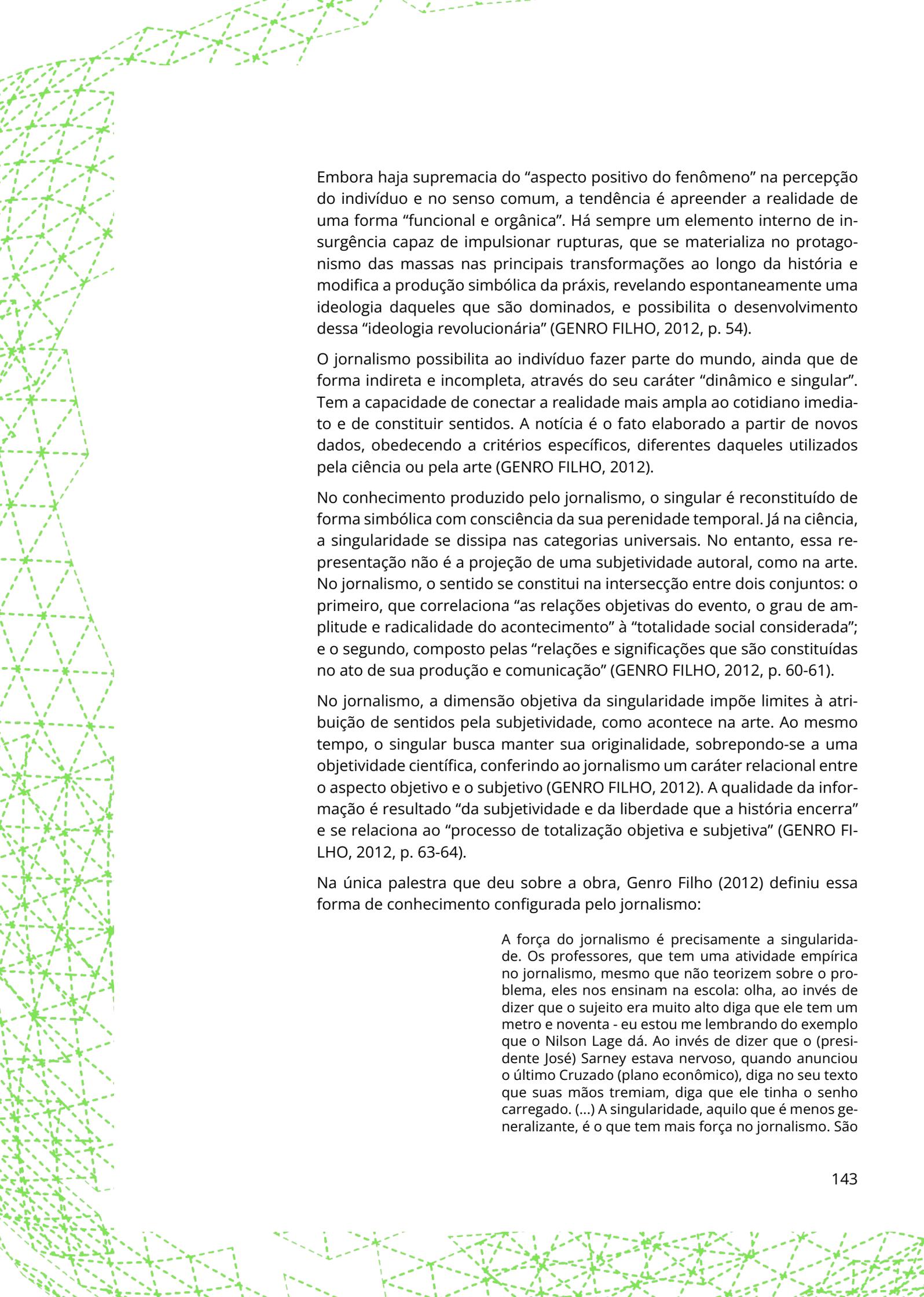
comum”, reduzindo-o à reprodução das relações sociais hegemônicas, integrando o indivíduo ao seu meio social. O conhecimento jornalístico se estabelece no contínuo que tem como principal elemento “a apropriação do real pela via da singularidade”, uma operação que busca reconstruir o fenômeno na sua integridade (GENRO FILHO, 2012, p. 52).

Meditich (1998, p. 6) argumenta que, se o ponto de partida do jornalismo é a imediatividade do real, ele opera no “campo lógico do senso comum”. O autor defende que quando as ciências humanas valorizam a observação do cotidiano como desveladora das relações sociais, se ganha terreno na teoria do conhecimento. De certo modo, a perspectiva gramsciana alerta para a necessidade de compreender o senso comum e como ele se constitui, objetivando um diálogo permanente e crítico que amplie a visão sobre a realidade concreta.

Sob este aspecto, há uma divergência notável entre a leitura de Meditsch (1998) e a abordagem feita por Genro Filho (2012). Para esse último, a dimensão singular da objetividade – que se expressa na imediatividade ou senso comum – é apenas um ponto de chegada para a produção do conhecimento jornalístico porque, para ele, o singular “é a forma do jornalismo, a estrutura interna através da qual se cristaliza a significação trazida pelo particular e o universal que foram superados” (GENRO FILHO, 2012, p. 171-172). Em última análise, compreende que o conteúdo do conhecimento jornalístico estará sempre associado à particularidade e à universalidade que são delineadas ou insinuadas pela subjetividade do jornalista.

Para Genro Filho (2012), na obra de Park (2008) há ausência de uma perspectiva histórica de transformação da realidade. Park concebia a notícia como um guia para o indivíduo se adequar ao mundo real e para a sociedade manter o sistema hegemônico (GENRO FILHO, 2012). Porém, se a ação política prescinde da notícia, como pensou Park, o jornalismo poderia apresentar outro potencial. Pensando a história como processo das contradições sociais e a política como arena de disputas que constituem o ser humano “em torno da qualificação da práxis social” (GENRO FILHO, 2012, p. 58), o jornalismo pode ser visto como “desalienante e humanizador” (GENRO FILHO, 2012, p. 58).

Não podemos falar de uma correspondência de funções entre o jornalismo e a percepção individual, mas sim de uma simulação dessa *correspondência*. É a partir dessa simulação que surge propriamente um *gênero de conhecimento*, pois enquanto se trata da relação imediata dos indivíduos com os fenômenos que povoam o cotidiano, da experiência sem intermediação técnica ou racional instituída sistematicamente, o que temos é realmente a percepção tal como a psicologia a descreve. Quer dizer, um grau determinado de conhecimento, um nível de abstração elementar (GENRO FILHO, 2012, p. 53).



Embora haja supremacia do “aspecto positivo do fenômeno” na percepção do indivíduo e no senso comum, a tendência é apreender a realidade de uma forma “funcional e orgânica”. Há sempre um elemento interno de insurgência capaz de impulsionar rupturas, que se materializa no protagonismo das massas nas principais transformações ao longo da história e modifica a produção simbólica da práxis, revelando espontaneamente uma ideologia daqueles que são dominados, e possibilita o desenvolvimento dessa “ideologia revolucionária” (GENRO FILHO, 2012, p. 54).

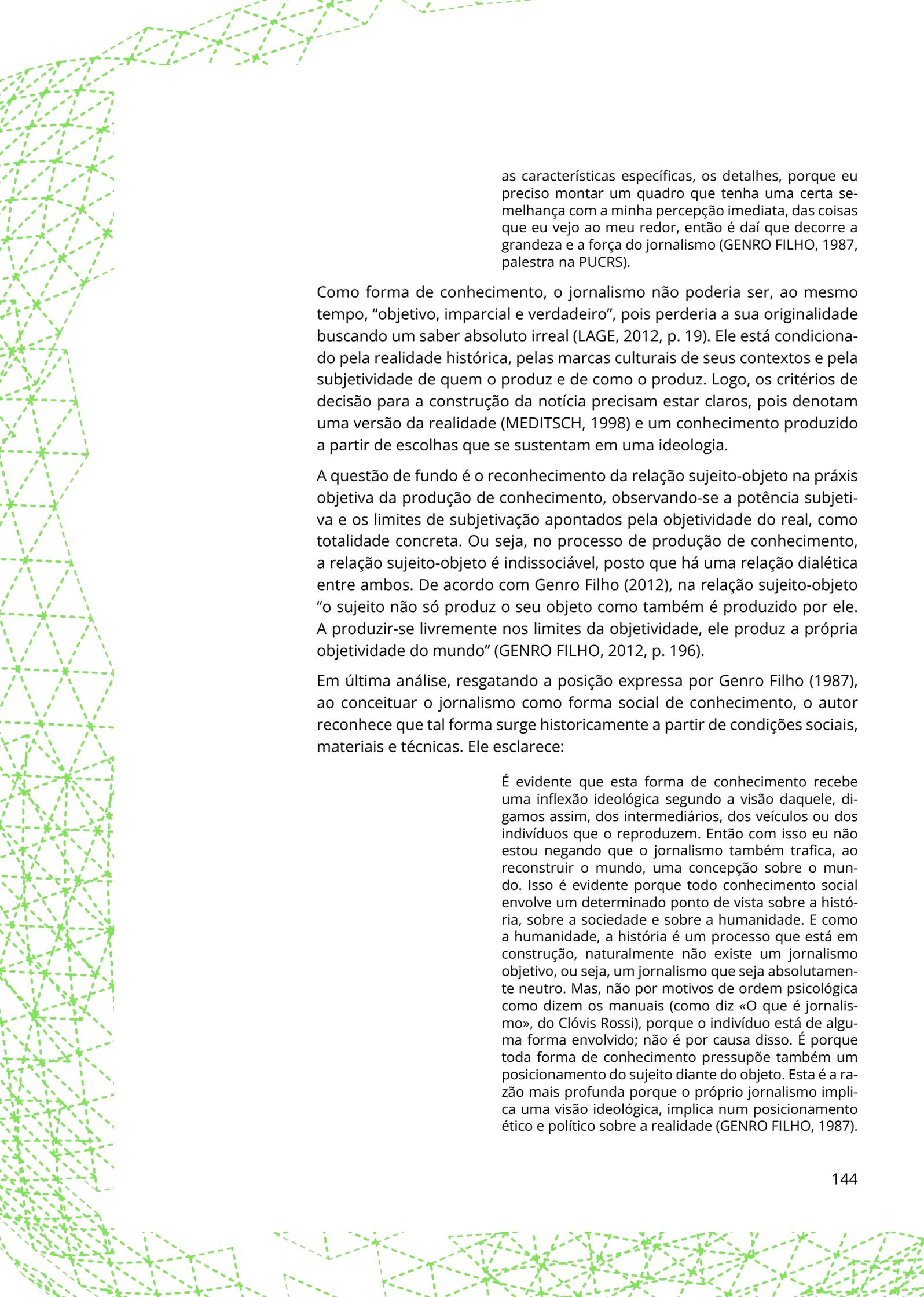
O jornalismo possibilita ao indivíduo fazer parte do mundo, ainda que de forma indireta e incompleta, através do seu caráter “dinâmico e singular”. Tem a capacidade de conectar a realidade mais ampla ao cotidiano imediato e de constituir sentidos. A notícia é o fato elaborado a partir de novos dados, obedecendo a critérios específicos, diferentes daqueles utilizados pela ciência ou pela arte (GENRO FILHO, 2012).

No conhecimento produzido pelo jornalismo, o singular é reconstituído de forma simbólica com consciência da sua perenidade temporal. Já na ciência, a singularidade se dissipa nas categorias universais. No entanto, essa representação não é a projeção de uma subjetividade autoral, como na arte. No jornalismo, o sentido se constitui na intersecção entre dois conjuntos: o primeiro, que correlaciona “as relações objetivas do evento, o grau de amplitude e radicalidade do acontecimento” à “totalidade social considerada”; e o segundo, composto pelas “relações e significações que são constituídas no ato de sua produção e comunicação” (GENRO FILHO, 2012, p. 60-61).

No jornalismo, a dimensão objetiva da singularidade impõe limites à atribuição de sentidos pela subjetividade, como acontece na arte. Ao mesmo tempo, o singular busca manter sua originalidade, sobrepondo-se a uma objetividade científica, conferindo ao jornalismo um caráter relacional entre o aspecto objetivo e o subjetivo (GENRO FILHO, 2012). A qualidade da informação é resultado “da subjetividade e da liberdade que a história encerra” e se relaciona ao “processo de totalização objetiva e subjetiva” (GENRO FILHO, 2012, p. 63-64).

Na única palestra que deu sobre a obra, Genro Filho (2012) definiu essa forma de conhecimento configurada pelo jornalismo:

A força do jornalismo é precisamente a singularidade. Os professores, que tem uma atividade empírica no jornalismo, mesmo que não teorizem sobre o problema, eles nos ensinam na escola: olha, ao invés de dizer que o sujeito era muito alto diga que ele tem um metro e noventa - eu estou me lembrando do exemplo que o Nilson Lage dá. Ao invés de dizer que o (presidente José) Sarney estava nervoso, quando anunciou o último Cruzado (plano econômico), diga no seu texto que suas mãos tremiam, diga que ele tinha o senho carregado. (...) A singularidade, aquilo que é menos generalizante, é o que tem mais força no jornalismo. São



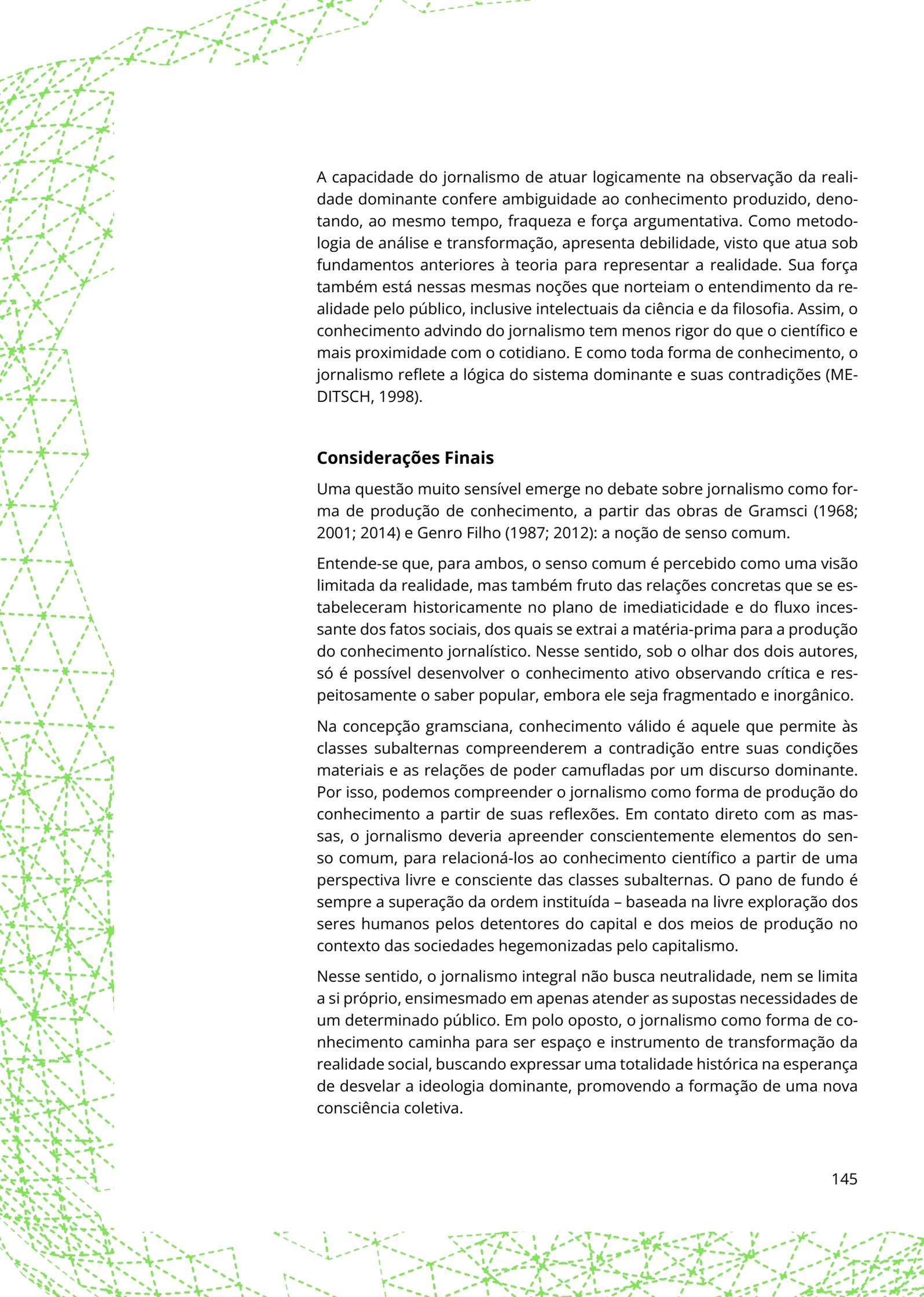
as características específicas, os detalhes, porque eu preciso montar um quadro que tenha uma certa semelhança com a minha percepção imediata, das coisas que eu vejo ao meu redor, então é daí que decorre a grandeza e a força do jornalismo (GENRO FILHO, 1987, palestra na PUCRS).

Como forma de conhecimento, o jornalismo não poderia ser, ao mesmo tempo, “objetivo, imparcial e verdadeiro”, pois perderia a sua originalidade buscando um saber absoluto irreal (LAGE, 2012, p. 19). Ele está condicionado pela realidade histórica, pelas marcas culturais de seus contextos e pela subjetividade de quem o produz e de como o produz. Logo, os critérios de decisão para a construção da notícia precisam estar claros, pois denotam uma versão da realidade (MEDITSCH, 1998) e um conhecimento produzido a partir de escolhas que se sustentam em uma ideologia.

A questão de fundo é o reconhecimento da relação sujeito-objeto na práxis objetiva da produção de conhecimento, observando-se a potência subjetiva e os limites de subjetivação apontados pela objetividade do real, como totalidade concreta. Ou seja, no processo de produção de conhecimento, a relação sujeito-objeto é indissociável, posto que há uma relação dialética entre ambos. De acordo com Genro Filho (2012), na relação sujeito-objeto “o sujeito não só produz o seu objeto como também é produzido por ele. A produzir-se livremente nos limites da objetividade, ele produz a própria objetividade do mundo” (GENRO FILHO, 2012, p. 196).

Em última análise, resgatando a posição expressa por Genro Filho (1987), ao conceituar o jornalismo como forma social de conhecimento, o autor reconhece que tal forma surge historicamente a partir de condições sociais, materiais e técnicas. Ele esclarece:

É evidente que esta forma de conhecimento recebe uma inflexão ideológica segundo a visão daquele, digamos assim, dos intermediários, dos veículos ou dos indivíduos que o reproduzem. Então com isso eu não estou negando que o jornalismo também trafica, ao reconstruir o mundo, uma concepção sobre o mundo. Isso é evidente porque todo conhecimento social envolve um determinado ponto de vista sobre a história, sobre a sociedade e sobre a humanidade. E como a humanidade, a história é um processo que está em construção, naturalmente não existe um jornalismo objetivo, ou seja, um jornalismo que seja absolutamente neutro. Mas, não por motivos de ordem psicológica como dizem os manuais (como diz «O que é jornalismo», do Clóvis Rossi), porque o indivíduo está de alguma forma envolvido; não é por causa disso. É porque toda forma de conhecimento pressupõe também um posicionamento do sujeito diante do objeto. Esta é a razão mais profunda porque o próprio jornalismo implica uma visão ideológica, implica num posicionamento ético e político sobre a realidade (GENRO FILHO, 1987).



A capacidade do jornalismo de atuar logicamente na observação da realidade dominante confere ambiguidade ao conhecimento produzido, denotando, ao mesmo tempo, fraqueza e força argumentativa. Como metodologia de análise e transformação, apresenta debilidade, visto que atua sob fundamentos anteriores à teoria para representar a realidade. Sua força também está nessas mesmas noções que norteiam o entendimento da realidade pelo público, inclusive intelectuais da ciência e da filosofia. Assim, o conhecimento advindo do jornalismo tem menos rigor do que o científico e mais proximidade com o cotidiano. E como toda forma de conhecimento, o jornalismo reflete a lógica do sistema dominante e suas contradições (MEDITSCH, 1998).

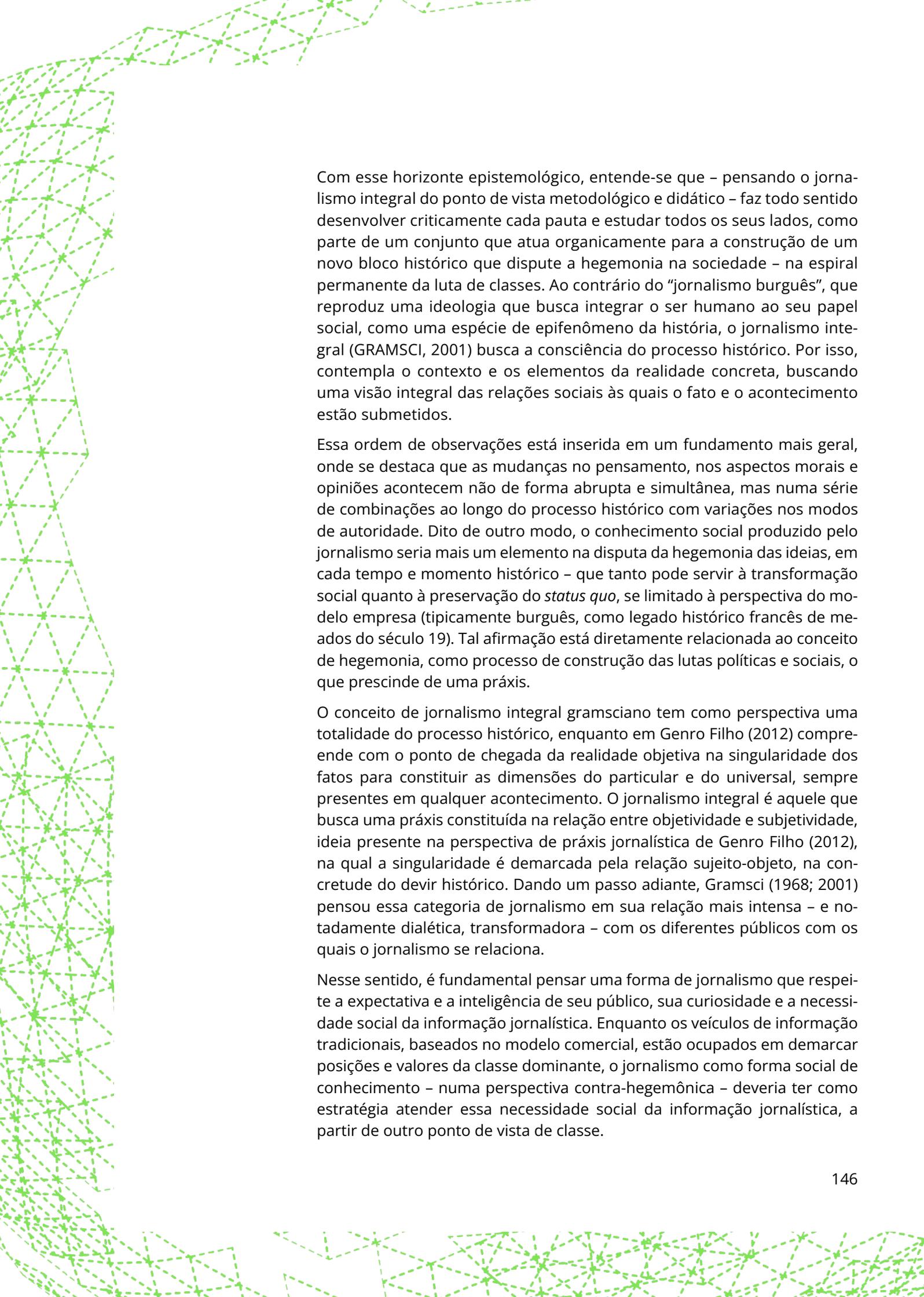
Considerações Finais

Uma questão muito sensível emerge no debate sobre jornalismo como forma de produção de conhecimento, a partir das obras de Gramsci (1968; 2001; 2014) e Genro Filho (1987; 2012): a noção de senso comum.

Entende-se que, para ambos, o senso comum é percebido como uma visão limitada da realidade, mas também fruto das relações concretas que se estabeleceram historicamente no plano de imediatidade e do fluxo incessante dos fatos sociais, dos quais se extrai a matéria-prima para a produção do conhecimento jornalístico. Nesse sentido, sob o olhar dos dois autores, só é possível desenvolver o conhecimento ativo observando crítica e respeitosamente o saber popular, embora ele seja fragmentado e inorgânico.

Na concepção gramsciana, conhecimento válido é aquele que permite às classes subalternas compreenderem a contradição entre suas condições materiais e as relações de poder camufladas por um discurso dominante. Por isso, podemos compreender o jornalismo como forma de produção do conhecimento a partir de suas reflexões. Em contato direto com as massas, o jornalismo deveria apreender conscientemente elementos do senso comum, para relacioná-los ao conhecimento científico a partir de uma perspectiva livre e consciente das classes subalternas. O pano de fundo é sempre a superação da ordem instituída – baseada na livre exploração dos seres humanos pelos detentores do capital e dos meios de produção no contexto das sociedades hegemônicas pelo capitalismo.

Nesse sentido, o jornalismo integral não busca neutralidade, nem se limita a si próprio, ensimesmado em apenas atender as supostas necessidades de um determinado público. Em polo oposto, o jornalismo como forma de conhecimento caminha para ser espaço e instrumento de transformação da realidade social, buscando expressar uma totalidade histórica na esperança de desvelar a ideologia dominante, promovendo a formação de uma nova consciência coletiva.

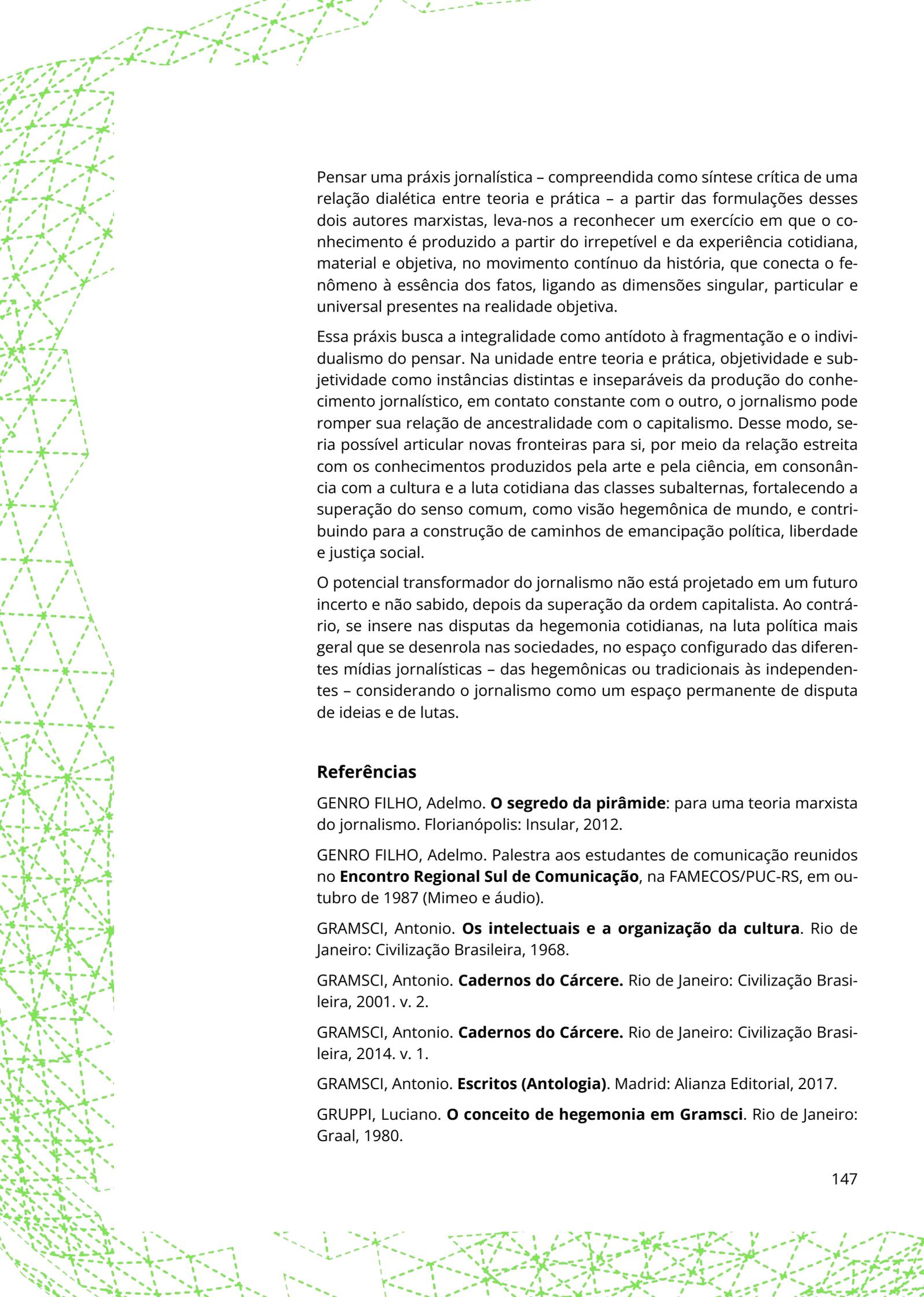


Com esse horizonte epistemológico, entende-se que – pensando o jornalismo integral do ponto de vista metodológico e didático – faz todo sentido desenvolver criticamente cada pauta e estudar todos os seus lados, como parte de um conjunto que atua organicamente para a construção de um novo bloco histórico que dispute a hegemonia na sociedade – na espiral permanente da luta de classes. Ao contrário do “jornalismo burguês”, que reproduz uma ideologia que busca integrar o ser humano ao seu papel social, como uma espécie de epifenômeno da história, o jornalismo integral (GRAMSCI, 2001) busca a consciência do processo histórico. Por isso, contempla o contexto e os elementos da realidade concreta, buscando uma visão integral das relações sociais às quais o fato e o acontecimento estão submetidos.

Essa ordem de observações está inserida em um fundamento mais geral, onde se destaca que as mudanças no pensamento, nos aspectos morais e opiniões acontecem não de forma abrupta e simultânea, mas numa série de combinações ao longo do processo histórico com variações nos modos de autoridade. Dito de outro modo, o conhecimento social produzido pelo jornalismo seria mais um elemento na disputa da hegemonia das ideias, em cada tempo e momento histórico – que tanto pode servir à transformação social quanto à preservação do *status quo*, se limitado à perspectiva do modelo empresa (tipicamente burguês, como legado histórico francês de meados do século 19). Tal afirmação está diretamente relacionada ao conceito de hegemonia, como processo de construção das lutas políticas e sociais, o que prescinde de uma práxis.

O conceito de jornalismo integral gramsciano tem como perspectiva uma totalidade do processo histórico, enquanto em Genro Filho (2012) compreende com o ponto de chegada da realidade objetiva na singularidade dos fatos para constituir as dimensões do particular e do universal, sempre presentes em qualquer acontecimento. O jornalismo integral é aquele que busca uma práxis constituída na relação entre objetividade e subjetividade, ideia presente na perspectiva de práxis jornalística de Genro Filho (2012), na qual a singularidade é demarcada pela relação sujeito-objeto, na concretude do devir histórico. Dando um passo adiante, Gramsci (1968; 2001) pensou essa categoria de jornalismo em sua relação mais intensa – e notadamente dialética, transformadora – com os diferentes públicos com os quais o jornalismo se relaciona.

Nesse sentido, é fundamental pensar uma forma de jornalismo que respeite a expectativa e a inteligência de seu público, sua curiosidade e a necessidade social da informação jornalística. Enquanto os veículos de informação tradicionais, baseados no modelo comercial, estão ocupados em demarcar posições e valores da classe dominante, o jornalismo como forma social de conhecimento – numa perspectiva contra-hegemônica – deveria ter como estratégia atender essa necessidade social da informação jornalística, a partir de outro ponto de vista de classe.



Pensar uma práxis jornalística – compreendida como síntese crítica de uma relação dialética entre teoria e prática – a partir das formulações desses dois autores marxistas, leva-nos a reconhecer um exercício em que o conhecimento é produzido a partir do irrepetível e da experiência cotidiana, material e objetiva, no movimento contínuo da história, que conecta o fenômeno à essência dos fatos, ligando as dimensões singular, particular e universal presentes na realidade objetiva.

Essa práxis busca a integralidade como antídoto à fragmentação e o individualismo do pensar. Na unidade entre teoria e prática, objetividade e subjetividade como instâncias distintas e inseparáveis da produção do conhecimento jornalístico, em contato constante com o outro, o jornalismo pode romper sua relação de ancestralidade com o capitalismo. Desse modo, seria possível articular novas fronteiras para si, por meio da relação estreita com os conhecimentos produzidos pela arte e pela ciência, em consonância com a cultura e a luta cotidiana das classes subalternas, fortalecendo a superação do senso comum, como visão hegemônica de mundo, e contribuindo para a construção de caminhos de emancipação política, liberdade e justiça social.

O potencial transformador do jornalismo não está projetado em um futuro incerto e não sabido, depois da superação da ordem capitalista. Ao contrário, se insere nas disputas da hegemonia cotidianas, na luta política mais geral que se desenrola nas sociedades, no espaço configurado das diferentes mídias jornalísticas – das hegemônicas ou tradicionais às independentes – considerando o jornalismo como um espaço permanente de disputa de ideias e de lutas.

Referências

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

GENRO FILHO, Adelmo. Palestra aos estudantes de comunicação reunidos no **Encontro Regional Sul de Comunicação**, na FAMECOS/PUC-RS, em outubro de 1987 (Mimeo e áudio).

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 1.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos (Antologia)**. Madrid: Alianza Editorial, 2017.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

HEGEL, G. W. F. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio – Volume 1: A Ciência da Lógica**. São Paulo: Loyola, 1995.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2011.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Florianópolis: Insular, 2012.

MALINA, André. **Gramsci e a questão dos intelectuais**. Campo Grande: UFMS, 2016.

MARTINS, Marcos Francisco. **Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade?** Campinas: Autores Associados, 2008.

MARX, Karl. **O Capital (Vol. 1)**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo como forma de conhecimento. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 1, n. 21, p. 25-38, 1998. Disponível em: <https://tinyurl.com/3hp737ba>. Acesso em: 15 set. 2019.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan./jun. 2010.

PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da Sociologia do Conhecimento. In BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Orgs.). **A Era Glacial do Jornalismo: Teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PEREIRA, Fábio Henrique. De Gramsci a Ianni: condições histórico-estruturais para a emergência do “intelectual jornalista”. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO (SPBJOR), 2., 2004, Salvador, BA. **Anais [...]**. Salvador, BA: SPBJOR 2004. p. 1-8. Disponível em: <https://tinyurl.com/37u54d67>. Acesso em: 19 set. 2019.

SEMERARO, Giovanni. Anotações para uma teoria do conhecimento em Gramsci. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 95-104, Apr. 2001. Disponível em: <http://twixar.me/XWmT>. Acesso em: 18 nov. 2019.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. 3. ed. Aparecida: Ideias e Letras, 2015.

ZILLE, Urbano. **Teoria do conhecimento e teoria da ciência**. São Paulo: Paulus, 2005.